
036ª SESSÃO ORDINÁRIA 02MAIO2019

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Apregoo o processo SEI nº 153.00002/2019-55, de autoria do Ver. Luciano Marcantônio, comunicando seu afastamento do exercício da vereança, em razão da investidura no cargo público de secretário municipal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, a partir de 30 de abril de 2019. A Mesa declara empossado o Ver. Comissário Rafão Oliveira, nos termos regimentais.

Em função da Licença para Tratamento de Saúde do Ver. Cláudio Janta, no período de 29 de abril a 03 de maio de 2019, e em função da impossibilidade de os suplentes Giovane Byl e Vilmar Fraga da Silva assumirem a vereança, declaro empossado o Ver. Toninho do Taxi, nos dias 02 e 03 de maio de 2019, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça. Seja bem-vindo.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caríssimo Ver. Pujol, Presidente dos trabalhos; colegas vereadores e vereadoras; em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – estamos aqui Oliboni e eu –, queremos iniciar a tarde de hoje com um debate sobre a questão do transporte coletivo de passageiros em Porto Alegre. Caríssimo Roberto Robaina, hoje, na primeira hora da manhã, vejo num canal de tevê as condições precaríssimas, José Freitas, dos ônibus da Carris. As filmagens mostravam uma senhora com uma sombrinha aberta, porque estava chovendo dentro de um ônibus da Carris, a porta de entrada trancando. Logo em seguida, como postei essas questões, começaram chover – chover – mensagens numerando os ônibus da Carris com problemas. Não era um, nem dois, nem três, são muitos os ônibus da Carris precarizados. Pergunto, porque, afinal de contas, perguntar não ofende: onde estão a precaução, a atenção, o cuidado da direção da Carris na preservação e arrumação da frota? Onde estão? Ônibus fedendo! Óleo queimado, ônibus quebrado, que uma pessoa me relatou, um dos ônibus transversais hoje quebrou, e tiveram que fazer transbordo. Não é só hoje, são todos os santos dias que as pessoas se queixam do transporte coletivo de passageiros.

Toninho do Táxi, V. Exa. sabe porque circula todos os dias, horas e horas no táxi da cidade, os buracos, a precariedade da sinalização. Enquanto que, por um lado, André Carús, a CEEE bota abaixo árvores num verdadeiro arvorecídio, por outro lado a EPTC não cuida de galhos que devem ser tirados porque atrapalham a sinalização. Nós vivemos em Porto Alegre, Lourdes Splenger, a política do 8 ou 80: ou acaba com as árvores ou nada se faz com elas; ou são colocadas num santo pedestal ou vão para o inferno, porque elas são mortas, elas são cortadas de forma errada, como já vimos na reunião da COSMAM dias atrás, coordenada pelo Carús. É um absurdo total de A a Z. Portanto, eu quero aqui, infelizmente a base do Governo está no outro canto da sala, mas eu vou falar para o Mauro Pinheiro, que está na ponta, espero que nos ouça. Ônibus da Carris, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores da base do governo, tirem um grupo de trabalho da EPTC, da Carris, com alguém do gabinete do prefeito e do vice e vão verificar os 85 ônibus que faltam! Foi esse o conteúdo da matéria que eu ouvi hoje cedíssimo, de manhã. Faltam ônibus da Carris e se promete para o segundo semestre, segundo semestre! A gente sabe que promessa nessa Prefeitura é algo que, se for para amanhã, é porque, certamente, não será amanhã e nem depois de amanhã. Haja vista os atrasos das obras, como é o caso da Ponte de Pedra. Escandalosamente esta Prefeitura tem uma postura de feitoria, de mandonismo, de atropelamento, mas jamais de escuta, ninguém escuta ninguém. O prefeito, quando sai, parece que está armado de chicote porque já sai batendo e, como a internet reverbera, fala-se qualquer coisa. Por isso, Mauro Pinheiro, conluo dizendo: monte uma comissão especial para tratar da Carris, dos ônibus quebrados da Carris, porque Porto Alegre merece. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; o Ver. Adeli Sell falou aqui sobre um assunto extremamente importante e acho que nós devemos debater. Mas eu quero falar num assunto mais tranquilo: eu quero falar da 3ª edição dos Caminhos de Porto Alegre, que aconteceu no último dia 28 de abril, com a presença de aproximadamente 900 peregrinos que caminharam pela nossa cidade.

Havia a inscrição de 1.273 peregrinos, mas, com a chuva que se iniciou e logo depois parou, porque São Pedro nos ajudou, foram 900 os peregrinos que caminharam pelos nossos caminhos. Saímos da Catedral às 7h30min; fomos à Igreja Nossa Senhora das Dores, tiraram uma foto histórica ali na escadaria, com mais de 900 peregrinos; fomos até o Museu Iberê Camargo; depois fomos ao Santuário de Schoenstatt. Lá, Ver. Aldacir Oliboni, V. Exa. foi aguardado com muito carinho pelas religiosas, mas V. Exa. não estava, ficou uma aresta muito grande nesse caminho sem a sua presença. Depois, fomos até a Tristeza, onde entramos na Vila Conceição, e vimos lá aquela ponte onde passava o trenzinho da Tristeza. Caminhamos pela mata que tem na Vila Conceição, fomos até a Praia da Pedra Redonda e, depois, chegamos ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida, em Ipanema. Aí está o Santuário de Nossa Aparecida.

(Procede-se à apresentação de imagem.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Depois fomos pela orla de Ipanema, passamos pelos arcos do Espírito Santo e concluímos o nosso passeio no Santuário de Santa Rita do Guarujá. Foi um momento extremamente importante, tivemos o apoio de nossa Frentur e foi coordenado pela Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Compostela. Nós tivemos o patrocínio do Zaffari, do Shopping Total, do Center Shop, das barrinhas Hart's e da Água Mineral Vida Leve. Espero que, no próximo evento, no ano que vem, o Ver. Adeli, o Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Oliboni e o Carús estejam presentes. A Nádia foi muito solicitada pelas irmãs, que queriam que ela entrasse na Congregação, mas, lamentavelmente, ela foi muito rápida, casou antes.

Eu queria dar um testemunho rápido de um comentário muito legal que ouvi de um ciclista. O nosso evento contou com caminhantes, bicicletas e com corrida. Tivemos várias pessoas que foram de bicicleta e nos ajudaram, inclusive, no cuidado dos caminhantes. E o Marcelo Terra disse o seguinte: "O caminho capta uma atmosfera diferente de Porto Alegre, a gente passa pelo Centro, pela nova orla e parece que saí da cidade quando vem à Zona Sul". "Eu achei ótimo, mesmo não sendo religioso". Aliás, foi muito rico o foco religioso. Não precisa ser praticante para ver que isso é cultura e isso é Porto Alegre.

Então, senhoras e senhores, olhem que maravilhosa foto! Isso é um caminho de todos! Estava lá o nosso vice-prefeito, que caminhou uma parte, e fica o convite a todos! No próximo ano, V. Exa. será o presidente titular desta Câmara e deverá estar presente sem dúvida.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje teremos apresentação de dados sobre a ecobarreira do arroio Dilúvio, pelo Sr. Luiz Carlos Zancanella Júnior, diretor da Safeweb. O Sr. Luiz Carlos Zancanella Júnior está com a palavra.

SR. LUIZ CARLOS ZANCANELLA JUNIOR: Obrigado, presidente. Boa tarde a todos. É uma honra estar falando aqui na tribuna da Câmara. Tenho uma pequena apresentação sobre o que é a ecobarreira, para que ela serve, o que ela está fazendo e quais são os resultados que a gente já conseguiu com ela.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

SR. LUIZ CARLOS ZANCANELLA JUNIOR: Sou idealizador da ecobarreira do arroio Dilúvio, não sei se todos conhecem, ela fica quase na foz do arroio Dilúvio, onde o arroio se encontra com o lago Guaíba. Sou presidente do Instituto Safeweb, diretor de TI, vice-presidente da empresa Safeweb, bacharel em Ciências da Computação, MBA em gestão empresarial e estudante de direito na PUCRS. Olhando o meu currículo, o pessoal me pergunta às vezes: “O que tu estás fazendo metido no meio ambiente?” Isso é uma coisa interessante de se perguntar, porque, no meu currículo, não tem nada ligado ao meio ambiente, é tudo TI, é informática. Mas eu sempre respondo, e eu gosto de responder que tem tudo a ver, porque não só eu, que sou da área da informática, tenho a ver com o meio ambiente, como qualquer pessoa que seja cidadã de Porto Alegre tem a ver com a sua responsabilidade em fazer com que a cidade seja um ambiente melhor para se viver.

Esse é o meu objetivo, eu pegar não a minha formação, mas aquilo que eu acredito que eu tenha que ser dentro da sociedade em que estou inserido e fazer as ações correspondentes. Quando o meu MBA em gestão de projetos, em gestão empresarial na FVG, na cadeira de gestão de projetos, me ensinou que, para qualquer projeto ficar claro, a gente precisa responder sete perguntas, é o tal do 5W2H. Então, eu vou responder aqui para vocês, para tentar dirimir as dúvidas: quem, quando, onde, como, por que, quanto custa e quanto tempo. Então, vou falar no quem primeiro.

Eu, Luiz Carlos Zancanella Junior, estava um dia – vou contar um pouquinho da história – olhando, no meu Facebook, as coisas que os meus amigos postavam, e vi uma barreira que tem num rio da cidade de Baltimore, nos Estados Unidos, que serve para recolher o lixo do arroio que eles têm lá. A partir desse vídeo, eu resolvi que queria fazer alguma coisa por Porto Alegre. Isso foi lá em 2014. Ainda em 2014, eu levei essa idéia até a Prefeitura, que fez os trâmites internos, levando um ano e meio para me dar a licença para construir ali. Para quem não sabe onde fica, fica na foz do Dilúvio, quase em frente à Federação Gaúcha de Futebol, e ali é uma área não edificável, ninguém pode construir ali. Eu precisava muito do apoio da Prefeitura para me dar uma licença de construção naquele local. Então, eu fui, na época, o Ver. Carús era lá do DMLU, tinha outros membros em outras secretarias, e me ajudaram a construir essa licença. E aqui, tirando qualquer tipo de partidarismo, apenas como indicação de fato, na época, o ex-prefeito José Fortunati foi quem colocou a mão na massa para que aquilo saísse do papel e pudesse funcionar. Ela fica quase em frente à Federação Gaúcha de Futebol, à beira do arroio Dilúvio. Como funciona? É uma barreira física, com módulos amarelos, que ficam colocados de uma margem à outra, sempre em diagonal, então todo o resíduo que desce do arroio Dilúvio fica preso nos módulos amarelos e é dirigido a um canto, exatamente pela característica da colocação das barreiras, por serem em diagonal. Ele é levado até aquele canto, naquele canto nós instalamos uma estação, ali o lixo entra dentro de uma gaiola; essa gaiola é içada, o lixo é retirado, colocado dentro de sacos e colocado no passeio para que seja levado pelo DMLU. Toda a operação da barreira é a empresa que paga, a empresa pagou desde a instalação, paga a operação, diariamente, ela opera de domingo a domingo – os materiais, os insumos, a manutenção, tudo é a empresa que paga. A Prefeitura entra com o caminhão do lixo, que passa periodicamente para recolher os resíduos e levar ao seu fim, que eu vou falar um pouquinho depois. Quando eu falo

aqui sobre o porquê, acho que é muito mais simbólico que eu mostre algumas fotos do que eu fale qualquer coisa. (Mostra imagens.) Esse é o porquê! Observem a quantidade de lixo que tem no arroio Dilúvio. De onde vem esse lixo? De diversas fontes, desde descaso da população, até a falta de local para se colocar o lixo. Vou usar o exemplo do meu condomínio: para esperar o caminhão do lixo passar, temos que colocar o lixo em frente a ele; se nós temos que colocar o lixo em frente, eventualmente vem alguém ou algum morador de rua que abre o saco e deixa por ali, vem um cachorro e abre o saco, vem a chuva e leva, isso acaba indo para o bueiro e caindo no arroio Dilúvio. Isso é um problema, falta de local onde colocar o lixo é uma questão importante. Outra coisa: vem das ocupações irregulares, há muita ocupação irregular em Viamão, perto de onde nasce, na UFRGS, tem muita ocupação irregular. Obviamente, a gente entende o lado da pessoa que está lá e entende o lado da Prefeitura, que não pode chegar lá, porque, afinal, é uma área de preservação. Mas a pessoa tem o lixo para colocar em algum lugar, e o que ela faz? Ela simplesmente coloca para alguém que vai levar o lixo embora. Bem ou mal, quem é que leva esse lixo embora? É o arroio, é o rio que leva embora. Se a Prefeitura não pode chegar lá e não chega, o rio leva, então ela coloca no rio. Existem muitos bairros em volta do arroio Dilúvio, o lixo que cai nas bocas de lobo cai no arroio, e, ali, acumula mais lixo. Para vocês terem uma ideia, são mais de 540 toneladas retiradas de lixo em três anos de operação. Aí, vocês pensam: 540 toneladas! O arroio Dilúvio, lá no local onde ele está instalado, tem cerca de 2 metros de profundidade, a gente está pegando só 20 centímetros, e são 540 toneladas nesses 20 centímetros! Então a quantidade de lixo que passa por baixo a gente não sabe, mas deve ser muito grande.

Existe um outro motivo principal pelo qual a ecobarreira está instalada lá, é um motivo tão nobre quanto, mas eu gosto muito de frisar. Por incrível que pareça – talvez algumas pessoas não saibam –, tem animais vivendo no arroio Dilúvio, tem peixes, tem tartarugas, tem garças, que se alimentam. Tem gente que pesca lá e vende esse peixe não se sabe onde. Na época da obra, um mestre de obras nosso resolveu pescar um peixe dali. Pegou um peixe, limpou e tentou consumir. Ele disse que, quando cozinhou aquele peixe, vinha um cheiro de óleo que ele simplesmente teve que jogar aquele peixe fora. Então observem o ambiente no qual os animais estão inseridos. E, sim, tem gente que pesca e tem gente que consome aqueles animais ali.

Vou falar um pouquinho do custo. Lá em 2016, quando a ecobarreira foi instalada, custou R\$ 250 mil, pagos integralmente pela empresa; e, mensalmente, a gente opera com R\$ 20 mil, pagando os operadores que tem lá, que são dois, mais um segurança à noite para evitar roubos, mais todo material e a necessidade de troca de alguma coisa que eventualmente tem. Eu gosto bastante de frisar nessas minhas falas, para evitar qualquer tipo de mal-entendido: zero real de dinheiro público está inserido ali, não tem nenhum centavo de dinheiro público, ali, no arroio Dilúvio. A gente paga integralmente toda aquela manutenção. Por quanto tempo a gente vai estar ali? Em 2016 nós firmamos um contrato com a Prefeitura de cinco anos de operação daquele contrato, já foram três, ou seja, faltam dois, e, após esses cinco anos, a gente não sabe o que vai acontecer. Pode acontecer de a Safeweb...

Eu vou falar primeiro do que eu gostaria que acontecesse. Eu gostaria que a ecobarreira não fosse necessária; eu gostaria de retirar a ecobarreira dali, porque a água já é limpa e os peixes, os animais, vivem ali de modo tranquilo, numa água despoluída. Eu tenho quase certeza que isso não vai acontecer, então, eu gostaria de continuar, depois de cinco anos, operando essa ecobarreira e, se eventualmente eu não puder, que alguém pudesse dar continuidade a isso. Mas o meu objetivo é que a ecobarreira fique ali disponível e operando até o fim da sua necessidade, até o dia em que ela não seja mais necessária. E aí eu só queria indicar um pouquinho dos prêmios que a gente ganhou por causa desse projeto. A gente ganhou o Ideias para a Cidade, da Unisinos; o prêmio Responsabilidade Social, do Sinepe; e o prêmio da Fundação Gaia, Boas Ideias em Sustentabilidade, nós ganhamos esse prêmio também.

E quais são os impactos da ecobarreira ali? Eu gosto de frisar bastante os impactos. O lixo que cai no arroio Dilúvio, as águas do arroio Dilúvio são caracterizadas como contaminadas, são águas que, se alguma coisa cai ali dentro, tecnicamente não se pode mais usar aquilo para reciclagem. Por quê? Porque, se alguém manusear aquele material, por causa das coisas que são jogadas ali, desde esgotos *in natura*, que tem ali jogado clandestinamente, até produtos químicos que são jogados ali, nenhuma pessoa pode manusear aquilo, sob pena de ter alguma doença. Bom, isso era o que a gente tinha antes, por conta dessa contaminação os resíduos tinham que ser levados necessariamente até o aterro sanitário, e só para constar, o aterro sanitário é o pior dos fins para qualquer resíduo. A gente não pode deixar que as coisas vão para o aterro

sanitário. Nós, através de uma parceria junto a uma empresa de plásticos, fizemos uma análise de todos os resíduos para verificar a real contaminação daqueles resíduos e verificamos então que esses resíduos não são tão contaminados quanto nós imaginávamos, e conseguimos então uma autorização da Prefeitura para que pudéssemos levar esses resíduos até uma área de transbordo, onde esses resíduos vão ser separados, o orgânico do sólido, do reciclável, e o reciclável vai ser colocado numa área para pessoas que vivem da reciclagem. Os resíduos do arroio Dilúvio, as 541 toneladas, não estão mais indo para aterro, estão indo para uma zona de transbordo onde pessoas usam esse resíduo para ter o seu sustento, o sustento da sua família. Isso é muito importante. Outro projeto de educação ambiental, gosto de dizer que a ecobarreira virou mais do que simplesmente um limpador do arroio, a ecobarreira agora é também um movimento, é um conceito para o porto-alegrense chegar e olhar e ver que o lixo colocado no lugar errado tem, sim, um impacto negativo. E é isso que a ecobarreira está se tornando, esta se tornando algo muito mais importante do que simplesmente limpar os arroios. Nós estamos levando, então, crianças de escolas públicas lindeiras ao arroio Dilúvio para conhecer o arroio e conhecer o impacto das ações do lixo mal descartado. Por fim, nós temos o objetivo de construir novas barreiras nos afluentes do Guaíba, porque a gente vê que, dos dez rios mais poluídos do Brasil, três estão aqui desaguando no Guaíba: é o Sinos, o Caí e o Gravataí. São três dos dez rios mais poluídos do Brasil que deságuam ali, a gente precisa tomar alguma ação em cima disso. O Ministério Público me chamou e pediu que eu colocasse barreiras no Gravataí. Nós estamos trabalhando agora em colocar barreiras no Gravataí, no Sinos e no Caí, para evitar, cada vez mais, que o lixo vá até o Guaíba, e, como gosto de dizer, para que a gente possa fazer manhãs melhores e fins de tardes melhores de domingo em Porto Alegre, para que as pessoas possam ir na beira do Guaíba, lá no Gasômetro e tomar seu chimarrão num ambiente limpo e sem contaminação. Aqui é só para dar uma ideia do tamanho do problema, onde a gente enxerga ali o lago Guaíba. Para vocês terem uma ideia, o Dilúvio não está nem marcado aí, mas a gente tem todos os rios que caem no Guaíba, que são um problema enorme. Aí, mais algumas fotos, para vocês verem como é bonito o arroio Dilúvio quando está limpo. Quando ele está limpo, ele é lindo, mas a gente tem problemas com a limpeza dele, é por isso que a ecobarreira existe.

Queria agradecer mais uma vez a possibilidade de estar aqui falando para todos os senhores. É muito importante estar aqui. Agradeço muito o espaço. Quem quiser me seguir no Facebook, Instagram, nós temos uma câmera que passa imagens ao vivo da ecobarreira o tempo todo, lá naquele endereço, para quem quiser acessar nosso *site* e nos seguir. Eu queria agradecer a oportunidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, eu queria fazer uma saudação ao nosso Dr. Beto Fantinel, que é assessor especial do ministro da Cidadania, Osmar Terra, que está presente, que ajuda muito o Município e o Estado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): É uma alegria para nós. Queremos convidá-lo a nos prestigiar, o senhor nos dá muita alegria com a presença. Continue apoiando o bom ministro do governo federal, o ministro Terra, em quem se deposita grande esperança para os destinos do Rio Grande. Um abraço ao amigo.

Convido o Sr. Luiz Carlos Zancanella Junior, a fazer parte da Mesa conosco.

O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; fiz questão de me inscrever neste espaço, porque, sem dúvida nenhuma, conforme foi exposto pelo Zancanella, nós temos na ecobarreira um exemplo bem sucedido de parceria do poder público com o setor privado, muito embora, nessa parceria, quem mais arque com os custos materiais seja o setor privado, mas foi o poder público quem propiciou, a partir de uma análise técnica e ciente da necessidade de um equipamento como esse, que confiou essa missão ao Instituto Safeweb. Tive o prazer, assim como o Ver. Valter Nagelstein, que foi o proponente deste período temático e que, à época, era o secretário municipal de urbanismo, tive a oportunidade, como diretor-geral do DMLU, juntamente com outros órgãos que foram envolvidos, o Departamento de Esgotos Pluviais, a SMAM, de participar da construção desse convênio e, posteriormente, da questão operacional, que garante que o sucesso da ecobarreira chegue a números tão expressivos de 540 toneladas nos últimos três anos, período em que está funcionando e esses resíduos deixaram de avançar até o leito do Guaíba. E é sempre bom salientar que

o Guaíba é o nosso manancial hídrico, é dali que são captadas as águas para o consumo da população, com tratamento no DMAE. Infelizmente, a população é desinformada, deseducada, em boa parte, porque nem um sofá, nem um pneu, nem um outro objeto que se encontre no leito do arroio Dilúvio foi para lá caminhando sozinho. Foi pela ação humana que esse absurdo aconteceu, e muitos desses objetos, desses resíduos acabam sendo contidos pela ecobarreira. Então, é um projeto fundamental e todos os benefícios foram aqui trazidos. Educação ambiental, a descaracterização dos resíduos, que foi, no início, algo que não se tinha, e com a evolução do projeto acabou ocorrendo. Os resíduos descaracterizados permitem que os recicláveis sejam encaminhados para reaproveitamento, e aquelas famílias de catadores e de recicladores aproveitem esses materiais e os reinsiram no ciclo de produção. Então, esse processo é de grande importância.

Quero aqui, também, aproveitar para, no contexto da ecobarreira, fazer três críticas. E as críticas quando são feitas no sentido de construção e de melhorias, elas vêm para bem, mas aquele que é criticado deve ter também a disposição de ouvir. E a crítica aqui não é ao Instituto Safeweb, que só merece elogios pela total colaboração que tem com o poder público, e tenha certeza que vamos continuar apoiando. Na Semana do Meio Ambiente aqui da Câmara, estaremos promovendo, inclusive, além da exposição fotográfica do fotógrafo Leandro Vaz, sobre a ecobarreira aqui na Casa, vamos fazer a visita guiada para os vereadores e servidores da Casa até a ecobarreira, para que conheçam o trabalho que é desenvolvido lá. A crítica que quero fazer é à Secretaria Municipal dos Serviços Urbanos. A primeira delas: por que – e a população, as comunidades e os comerciantes que, à época, construíram conosco essa possibilidade – estão sendo desfeitos os plantios de árvores e mudas na margem do arroio, que foram produzidos de forma colaborativa na extensão da Av. Ipiranga, em locais que eram focos crônicos de lixo? Por que estão desfazendo aqueles espaços que foram transformados em espaços de convivência? Estão tirando dali as mudas das folhagens, das árvores, deixando só a placa que adverte quando se descarta lixo naquele local. É preciso desfazer o que se tinha de bom anteriormente para não se fazer nada de novo? Eu faço esse questionamento, e iremos formalizar na forma de pedido de informações à Secretaria de Serviços Urbanos, porque foram aqueles plantios, muitos deles, que impediram que os infratores responsáveis pelo descarte irregular de lixo no arroio ficassem inibidos e

pág. 10

proibidos de fazê-lo, porque foi em toda a extensão da Av. Ipiranga, e não sei por que está acabando.

As outras duas críticas que também quero fazer à Secretaria de Serviços Urbanos, além dessa dos plantios: nós tivemos, na última semana, a formalização da transição das competências do DEP para o DMAE, ou seja, aprovamos nesta Casa que essa transição ocorresse. Pois bem, já que foi feita essa transição, então, por favor, Secretaria de Serviços Urbanos, atenda às demandas. Só em três meses este ano, nós encaminhamos 24 demandas de serviços que até então eram executados pelo DEP, pelo nosso mandato, e nenhuma delas foi atendida. Será que a Secretaria de Serviços Urbanos está escolhendo a quem atende? Por que os vereadores, que são canais de expressão da sociedade, não têm as suas demandas atendidas? É a população que nos encaminha as demandas. Então nós temos que ter respostas.

E terceiro ponto: quero aqui também que seja esclarecido, de uma vez por todas, também pela Secretaria de Serviços Urbanos, qual é o processo de educação ambiental que está sendo desenvolvido pelos órgãos que estão lá inseridos: antigo DEP, DMAE e também o DMLU. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos, ao Presidente Paulo Brum, ao Luiz Carlos Zancanella Junior; saúdo a presença nesta Casa de todas as pessoas que nos acompanham na tarde de hoje; eu não poderia deixar de me manifestar brevemente aqui, porque todos sabem na Casa, até quando apresentamos a proposta de criar a frente parlamentar de recuperação do arroio Dilúvio, inclusive o próprio Luiz Carlos esteve aqui na Casa falando sobre a ecobarreira, que eu acompanho esse assunto há muitos anos, desde a época em que houve várias reuniões que culminaram, inclusive, numa missão das prefeituras de Porto Alegre e Viamão à Coréia do Sul, na intenção de estudar o que foi feito em Seul, num arroio que tem características diferentes das do arroio Dilúvio, mas

houve um depósito de iniciativa e vontade política e muitos recursos financeiros de recuperação do arroio principal daquela cidade.

Então, eu não poderia deixar de citar que comungo absolutamente com o que foi dito aqui pelo vereador que me antecedeu, pelo que o Luiz Carlos disse, que o ideal é não ter a necessidade de se ter uma ecobarreira. Nós não podemos deixar de elogiar o pertencimento da Safeweb, uma empresa de tecnologia daqui que destinou um quarto de milhão de reais iniciais para a viabilização da ecobarreira e a manutenção dessa ecobarreira, que, em média, custa R\$ 20 mil. O pertencimento, as pessoas entenderem que a cidade também é delas, que todo auxílio para esta cidade é um auxílio para o seu ambiente, para onde elas vivem, e não apenas ficarem aguardando as soluções e que elas venham apenas do setor público. Não! Eu elogio a família Zancanella, a empresa, as pessoas que se dedicaram a transformar a ecobarreira numa realidade... que não resolve. Eu tive, vamos dizer assim, a experiência de ver o espelho d'água da barragem do Parque Saint'Hilaire transbordar algumas vezes antes de algumas medidas serem tomadas, ainda no governo anterior, como diminuir a margem, o limite daquela barragem, e, lá depositadas mais de 80% das nascentes do arroio Dilúvio, vi o caminho que ele tem na cidade, onde ele nasce e o que ela poderia ser de vida de animais. Antes que se pergunte "por que não recuperam?" Existe muito trabalho, tem que haver muitos recursos para regularização fundiária no entorno, na Zona Leste, do Parque Saint'Hilaire, onde, infelizmente, já na barragem o esgoto é despejado *in natura*. No Parque Saint'Hilaire, inclusive, temos comunidades irregulares dentro do parque. Então, mesmo sabendo que não temos uma solução rápida a Safeweb com muito pertencimento ajuda esta cidade, ajuda o lago Guaíba, ajuda que nós possamos, sim, sonhar em um dia não ter a necessidade de termos ecobarreiras. Mas enquanto não há essa solução, queremos estimular que existam novas ecobarreiras, em outros arroios, como o arroio Agrião, em outros afluentes que são importantes nesta cidade.

Parabéns à Safeweb, em nome do nosso mandato, do nosso trabalho, humildemente eu agradeço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caríssimo Paulo Brum, na presidência dos trabalhos; ilustre visitante, expositor desta magnífica iniciativa, Luiz Carlos; é lastimável que estejamos, nesta quinta-feira, com a Casa não repleta para que todos os 36 vereadores pudessem ouvi-lo. Acho que esta iniciativa é altamente meritória, eu espero que depois de cinco anos haja uma continuidade. E digo mais, não sei se tecnicamente caberia também, mas, mais do que uma ecobarreira ao longo do arrio Dilúvio – não sei se, tecnicamente, seria correto, uma pergunta que fica, portanto –, acredito que esse deveria ser um local de visitação para prefeitos do interior, secretários do interior, gestores de outros lugares. Eu sei que há uma divulgação da empresa, já recebeu prêmios e eu acho que as colocações aqui feitas e o resultado da ecobarreira estão a demonstrar que nós não temos mais política de educação ambiental. A educação ambiental da Secretaria Municipal de Educação era muito forte, não tem mais. No DMLU, tinha uma das pessoas mais qualificadas que já passou naquele departamento, uma pessoa que, no dia em que pôde se aposentar, como diria, pegou o boné e foi embora, porque já tinham acabado com a educação ambiental. A SMAM, pelo que sei, também foi para o bebeléu, ou seja, quem deveria cuidar da educação ambiental na administração abandonou absolutamente tudo. Eu vejo hoje as iniciativas de instituições, e digo mais: estou na Casa do Povo de Porto Alegre, no Legislativo, mas, dado alguns comportamentos, Ver. Cassiá, que tenho presenciado aqui, vejo que as pessoas não dão o devido valor a este Legislativo que legisla – o Prefeito veta, e fica por isso mesmo. A gente faz pedido de informações, pedido de providências, e nem os vereadores da base do governo são atendidos, haja vista aqui o Carús que acabou de falar, cobrar, xingar – xingar é um pouco exagerado, mas acho que ele xingou. Eu digo o seguinte: faço tudo o que for possível para que a gente tenha sustentabilidade nesta cidade. Todos os momentos que posso, faço material educativo sobre a questão da necessidade de separar, de reciclar, de dar um destino para todo e qualquer resíduo sólido nesta cidade. Preocupa-me enormemente não só os resíduos sólidos, mas as contaminações em geral, como a da água, contaminada por agrotóxicos, porque eles vêm baixando o rio Jacuí e outros rios, contaminando a cidade. O exemplo do peixe aqui relatado, para mim, é o mais elucidativo. Então, daqui a pouco vamos ver peixes voando pela cidade, pois não agüentam mais ficar no rio. Essa é uma história muito complicada de Porto Alegre, do jeito que as coisas estão ocorrendo, mas eu louvo sua atitude, sua determinação, e, se possível, já que os senhores gastam nisso, se

pág. 13

podéssemos receber, no próximo período, material educativo, elucidativo, seja por meio eletrônico ou físico. Eu, pessoalmente, a minha equipe – está aqui minha chefe de gabinete, está aqui a Simone, que é bióloga e trabalhou na SMAM, a Marlise –, as minhas assessorias estão aqui exatamente trabalhando com muito vigor, com muita determinação pela sustentabilidade. Se Vossa Senhoria quiser, pode nos mandar que nós distribuiremos amplamente e com muito gosto, uma forma de ajudar Porto Alegre a ter a ecobarreira. E aqui já foi falado por um colega, acho que foi o Moisés, sobre a questão de Seul, é um bom exemplo, um bom material, um bom vídeo, talvez, sobre ecobarreira, um material eletrônico – Moisés, a gente ajuda a espalhar. Parabéns, mais uma vez, fico feliz em poder estar nesta tarde aqui, com tempo, para poder falar. E vou participar de toda a atividade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente; Sr. Luiz Carlos Zancanella Junior, nós passamos diariamente ali na ecobarreira, mas não tínhamos conhecimento tão aprofundado quanto à sua explanação, pela qual o parabenizo. Realmente, é um sonho dizer que não se precisará mais de ecobarreira. Ao longo dos anos, como já foi dito aqui pelos colegas que me antecederam, se fez várias iniciativas, inclusive educação, desde o início lá da nascente do arroio, e se observa que isso tinha que ser continuado, junto às escolas, mas é continuar e não somente fazer uma campanha na semana do meio ambiente, porque a educação tem que ser incutida, como se diz, na cabeça das pessoas, para que elas entendam que seremos nós que pagaremos a conta das consequências. Quando se fala em meio ambiente, sempre há aqueles que acham que estamos exagerando, que tratar do meio ambiente não tem valor, que o que vale é o cimento, a construção, o empreendimento, mas toda nossa saúde está em volta dos cuidados da preservação do meio ambiente. Não sou ambientalista, mas tenho uma grande ligação com o meio ambiente, meu pai já era ecologista sem falar bem ecologia. Então, não posso trair esse legado deixado, principalmente na defesa dos animais. Quando o senhor falou que há garças, tartarugas e peixes, que são pescados para

pág. 14

consumo, imagina, poluídos – isso é mais uma questão de saúde pública, de quem consome. Entendendo que essa educação não é só a educação ambiental segregada, tem que trazer os biólogos da Prefeitura para fazer um trabalho em conjunto. Se esses animais estão ali, eles têm vida e, de alguma forma, se alimentam para se manter.

O caso dos esgotos, bueiros entupidos, que as pessoas jogam todo o tipo de dejetos pelas ruas, tudo isso vai se enquadrar na educação que a empresa, como você falou, já tem algum trabalho. O senhor falou de um caso, mas temos vários, que são os casos dos cães de rua rasgando os sacos do que foi resgatado. Por isso que nós também lutamos pela esterilização em massa dos animais SRD – sem raça definida –, e também pela identificação e a aplicação de multas. Enquanto não houver uma fiscalização bem eficiente, com aplicação de multa, o ser humano não vai se educar apenas por uma fala aqui na tribuna ou por uma outra ação. E, veja bem, o seu trabalho envolve apenas 20cm, imagina se aprofundasse, quanto ia se recolher, não só as 540 toneladas, mas muito mais. Eu fiquei em dúvida, não entendi bem, sobre a zona de transbordo, eu gostaria que, depois, o senhor informasse, até para nós multiplicarmos essa informação, o custo é contratual ou é só da empresa? Para nós podermos divulgar melhor esse trabalho fantástico que é em defesa do meio ambiente.

Então, essas breves palavras são para cumprimentá-lo e dizer que somos fiéis à defesa do meio ambiente e à defesa dos animais. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Prezado Presidente, Ver. Paulo Brum; quero cumprimentar o Luiz Carlos Zancanella, na pessoa dele, cumprimento todos os ambientalistas, os pesquisadores, os cientistas que se preocupam em salvar o planeta. E aquela premissa ambiental vale para qualquer momento: pensar globalmente e agir localmente. Essa iniciativa tomada pelos senhores e o grupo com quem trabalham é uma bela e excelente iniciativa. Vou aproveitar essa oportunidade, pedindo a sua anuência, para fazer um conjunto de outras considerações que poderiam ser seguidas na cidade de Porto Alegre. E eu tive o prazer de, em 1990, na primeira Administração Popular, com

Olívio Dutra, coordenar e implantar as feiras ecológicas na cidade de Porto Alegre, que é uma medida que vem ao encontro da política que hoje o senhor hoje implementa, que é retirar resíduos flutuantes das nossas águas.

Quero trazer aqui um testemunho, pois, além de engenheiro agrônomo e ambientalista que sou, tenho a oportunidade de residir no Extremo-Sul da cidade de Porto Alegre, próximo à orla. E, ontem à tarde, com as minhas crianças, eu me referenciava ao senhor, pois, com as chuvas que vieram no final de semana, a quantidade de plásticos que estavam flutuando no lago do Guaíba há 60km daqui era impressionante, e nós recolhíamos aqueles resíduos que lá chegavam na beira das pedras e na areia, entre Belém Novo e o Lami. Nesta mesma região, eu e alguns vizinhos retiramos por ano sete caminhões tombadeiras, em média, dos lixos que se acumulam, lixos flutuantes, plásticos com grande incidência, que chegam até aquela localidade. Imaginem toda a orla não só de Porto Alegre, como também de Viamão e a própria lagoa dos Patos. É impressionante essa falta de educação ambiental da nossa cidade. E aqui, na última terça-feira, a Câmara entregou o troféu de Porto Alegre ao Senador Paim, e o Ver, Reginaldo Pujol, a quem agradeço pela condução dos trabalhos, fazia uma referência ao engenheiro Vicente Rauber, que aqui estava, que, na segunda Administração Popular do governo Tarso Genro implantou na cidade de Porto Alegre, e depois teve continuidade, um programa chamado Arroio não é Valão. É uma lastima que este programa foi extinto pelas administrações subseqüentes, porque isso trabalhava justamente com as comunidades a questão de educação ambiental, para não utilizar os arroios simplesmente como descargas de lixo na cidade de Porto Alegre.

E também aqui lastimo que a coleta seletiva da cidade de Porto Alegre, que já atingiu 22% da coleta, hoje não passa de 5% do que é coletado. Bem como lamento que na cidade de Porto Alegre, e a atual gestão abandonou completamente, os depósitos clandestinos de lixo pela cidade. A cidade de Porto Alegre tem, mais ou menos, uns 50 pontos fixos nos quais se deposita todo tipo de resíduo; o DMLU vai lá, pago pela Prefeitura, e retira. Noutra semana recorre... a cada chuva que vem, obviamente, que corre isso aí para os nossos valos e arroios.

Ver. Paulo Brum, concluo a minha fala cumprimentando-o e dizendo que esse tema, colegas vereadores e vereadoras, prezado Mauro Pinheiro, que é líder do governo, não pode ser esquecido e está esquecido na cidade de Porto Alegre, o tema da educação

ambienta. E eu poderia dizer aqui que as caliças da cidade ainda não têm um local fixo e isso poderia servir de extrato para todas as estradas de Porto Alegre, e simplesmente é descartada de maneira não responsável na nossa cidade. Um grande abraço, meus parabéns. Conte conosco não somente aqui na Câmara, mas em qualquer outra ação que o senhor desejar implantar na cidade de Porto Alegre nesse sentido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Sr. Luiz Carlos Zancanella Junior está com a palavra para as suas considerações finais.

SR. LUIZ CARLOS ZANCANELLA JÚNIOR: Bom, primeiro quero agradecer as palavras. É sempre muito bom saber que a gente está fazendo um trabalho e que esse trabalho está sendo reconhecido, isso nos dá mais vontade de continuar ainda.

Sobre a pergunta dos 20 centímetros, acontece que, quando nós fizemos a ecobarreira, era obrigatório que fossem, no máximo, 20 centímetros por conta exatamente do trânsito de animais ali e o temor que se tinha de que a presença da barreira gerasse algum tipo de represamento da água e viesse a causar transbordo. Então, por isso houve essa limitação dos 20 centímetros. Claro que, se a gente colocasse alguma coisa mais para baixo, a gente conseguiria pegar mais, mas foi isso o que foi autorizado a fazer.

Quanto às questões de educação ambiental, nós estamos sempre trabalhando nisso. Eu acredito muito que todo trabalho tem que ser feito com as crianças de até 15 anos, que, para mim, são as pessoas que vão tocar o mundo. Daqui a 15 anos quem vai tocar o mundo é quem é criança hoje, e essas crianças têm que vir, desde novinhas já, com o pensamento de que elas precisam contribuir com a sociedade. Então, é um trabalho que a gente sempre tenta, é claro que existem... A gente paga R\$ 20 mil por mês ali com questões, já com a operação. Então, despender mais dinheiro em certas coisas é muito ruim para a empresa, e para isso a gente conta com os nossos parceiros, e a gente sempre procura parcerias. A Braskem, por exemplo, é uma grandessíssima parceira do instituto, e as visitas guiadas, em que nós pegamos crianças de escolas públicas e as levamos até a ecobarreira para conhecerem, não só até a ecobarreira, elas vão até uma zona de reciclagem para depois irem até a ecobarreira e verem como funciona, isso tudo é pago pela Braskem, são eles que dão essa verba. Estamos sempre atrás de parcerias

porque eu acredito que ninguém consegue nada sozinho, a gente só consegue alguma coisa se a gente juntar a comunidade, as pessoas, juntar quem tem vontade de fazer com quem tem o recurso para fazer, precisamos juntar isso e fazer acontecer. Era isso. Eu queria só agradecer mais uma vez a possibilidade de falar aqui para vocês, é uma grande honra estar aqui nesta Casa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Agradecemos a presença do Sr. Luiz Carlos Zancanella Júnior, e damos por encerrado este período. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h23min.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): (15h24min) Estão reabertos os trabalhos.

Aprego Processo SEI nº 047.00032/2019-97, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que comunica a retirada do pedido de Justificativa de Falta, por meio do mesmo processo. O Ver. Ricardo Gomes solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 07 a 12 de maio de 2019. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Obrigada Presidente, bom estar com os colegas vereadores e vereadores aqui nesta Casa, com o público que nos assiste. Já disse, muitas vezes, e vou repetir: estou na política para ajudar as pessoas, sobretudo as que mais precisam, e não para o meu benefício pessoal. Sou aposentada da Brigada Militar, onde, com muito orgulho, passei 30 anos da minha vida. Não preciso da política para sobreviver, mas vim fazer a diferença para o coletivo. Subir à tribuna, hoje, e falar sobre o voto favorável ao projeto do IPTU não é fácil para ninguém, mas, com muito tranquilidade, venho aqui explicar a minha convicção – e tenho certeza de que é a de outros colegas que aqui estão. Importantes questões têm de ser explanadas e analisadas para entendermos melhor o projeto. A planta do IPTU, em Porto Alegre, estava congelada há 28 anos. É preciso dizer que metade da população terá seu IPTU reduzido ou deixará

de pagar. A diminuição é imediata. A readequação dos valores do IPTU da capital partiu de uma premissa óbvia: cada imóvel deve pagar um imposto conforme o seu valor real. E, desde 1991, não é assim. E não é assim pelo descaso de prefeitos que por aqui passaram. Por certo, não é fácil apresentar um projeto que mexe no bolso das pessoas. Também, não é fácil aprová-lo. É preciso coragem, convicção, é preciso não pensar em próximas eleições, é preciso entender que a cidade não pode ficar parada no tempo – o que aconteceu nesses 28 anos. O IPTU de Porto Alegre é o mais defasado entre todas as capitais brasileiras. Há imóveis avaliados em R\$ 1,5 milhão com IPTU de R\$ 400,00, enquanto outros de R\$ 80 mil têm a mesma cobrança. Há inúmeros casos de imóveis nos bairros Tristeza, Santana, Nonoai, Passo d’Areia, Azenha, entre muitos outros, com IPTU entre R\$ 2,63 a R\$ 5,14. Há imóveis na Av. Independência que pagam tão somente R\$ 6,00. Pasmem! Isso é ou não é um privilégio? Há igualdade nisso, senhores? É justo? Vejo reclamando quem vai pagar mais, mas tem quem ficou 28 anos pagando menos do que deveria e poderia. O meu imposto vai ser aumentado. Mais do que a necessidade de acompanhar a realidade financeira, a revisão do tributo é, portanto uma questão de justiça. O correto é que o tributo seja pago em índice correspondente ao valor real da propriedade. Hoje, uma grande parcela de quem é dono de imóveis de baixa avaliação e localizados em bairros de periferia, desembolsa os mesmos valores que proprietários de casas ou apartamentos situados em bairros nobres e com avaliação superior. É um notório privilégio de uma discrepância sobre o qual resultaram apontamentos do Ministério das Cidades e do Tribunal de Contas do Estado. Volto a frisar: o Ministério das Cidades e o Tribunal de Contas do Estado já haviam apontado Porto Alegre. Sou favorável à reforma da previdência, e por incrível que pareça, muitos dos que hoje aviltam, os vereadores que foram favoráveis ao IPTU são favoráveis à reforma da previdência também, mas são contra o reajuste do IPTU. Por que será? Quero ver o PT, o PSOL, tão defensores das populações mais pobres e mais vulneráveis explicarem o seu “não” ao IPTU, o que seria, necessariamente, colocar impostos mais baixos a quem mais necessitava, ou até mesmo, beneficiar com a isenção. Pela coragem dos vereadores de vários partidos, como o MDB, o PRB, o PTB, o DEM, o PROS, a REDE, o PSDB, o PSC, esses mais vulneráveis terão suas isenções. Gostaria de ver o mesmo envolvimento de quem hoje critica a quem votou “sim”, dizer parabéns aos vereadores que aprovaram vários projetos maravilhosos que passaram aqui pelo Legislativo. Como o projeto das podas, a reforma administrativa, a

segurança compartilhada, o projeto sobre os funcionários públicos. Projetos que otimizaram Porto Alegre e reduziram os gastos. Estamos no século XXI, e não podemos aceitar uma Porto Alegre do século XX.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Quintas-feiras, Ver. Paulo Brum, sempre são um momento de se levantar questões da cidade, ainda mais quando a gente tem a atenção do líder do governo. Antes, eu falei, Mauro Pinheiro, sobre a questão da Carris, fiz uma sugestão: que o senhor contate o governo, alguém do gabinete do prefeito, do vice, a EPTC e a Carris, um grupo de trabalho, verifique essa questão dos 85 ônibus que a imprensa falou hoje que são ônibus que estão com problemas, são faltantes, coisas do tipo. Pegue as matérias que saíram hoje dos ônibus, V. Exa. há de convir comigo de que eu não estou fazendo fanfarra, que estou aqui apontando um problema sério da cidade que busca soluções.

Vou aproveitar hoje a presença do nobre colega Toninho do Taxi, para a gente retomar uma questão que eu já pedi ao Ricardo Gomes, que deve faltar a uma reunião da CCJ, agora V. Exa. deve estar, na semana que vem, na CCJ: para que a gente retome a promessa da EPTC, que agora está com a PGM, e que não cumpriu, de que até o dia 31 de março teríamos as autorizações. A lei está em vigor, o prefeito está incorrendo numa ilicitude. Ilicitude, Sr. Prefeito! Nós podemos ir ao Ministério Público, não queremos. O senhor tem que entregar as autorizações para 3.900 taxistas. O senhor queira ou não, prefeito Nelson Marchezan Júnior, o senhor é obrigado! A lei está aprovada, está em vigor! Não me venha com chorumelas, não tem espaço para vacilações. Nós vamos levar adiante até as últimas consequências. Os taxistas não podem mais ficar à mercê de uma situação em que a lei anterior está revogada e a nova não é aplicada por “cabeçudagem” no Paço Municipal. Ou vocês querem levar um processo, senhores gestores? É simples! Não nos custa, nós somos da política da conciliação, nós somos da política da mediação, estamos solicitando essa questão, como também estamos solicitando uma mediação da Prefeitura sobre a questão dos táxis acessíveis, mas teimam em não resolver.

Vou levantar um outro problema para a base do governo: o café, o bar do Centro Municipal de Cultura fechou. Licitação. Gente, querem cobrar R\$ 2.700,00 por mês para aquele botequinho do Centro Municipal de Cultura! Quem é que vai... O Mauro, que é o chefe de uma articulação de minimercados, tem que dar uma lição de empreendedorismo e mostrar que ninguém consegue pagar R\$ 2.700,00 por aquele botequinho, que tem um número muito pequeno de pessoas no Centro Municipal de Cultura, tem que criar toda uma relação no entorno. Seria lucro manter aberto, limpo, cuidado e não pagar faxineira para limpar. Seria lucro, Mauro, como é lucro também abrir o café da Praça Otávio Rocha. Para que cobrar uma exorbitância, deixar fechado, está sendo detonado, estragado, aquela praça tem que ter gente. Cobrem algo simbólico e a pessoa cuida da praça, nós daremos apoio. V. Exa. falava aqui em parceria público-privada, mas V. Exas. estão se negando a fazer uma parceria público-privada para valer. No Capitólio, a mesma coisa, está fechado o café do Capitólio.

Vamos pegar a orla, orla bacana. Eu sou morador do Centro, tenho o privilégio de poder usufruir da Praça Júlio Mesquita, da orla, é uma maravilha. Agora, não tem fiscalização! Os caras vão fazer churrasquinho na frente dos botecos, a fumaça entra nos lugares que estão sendo alugados, vendem cerveja na frente desses lugares, não pode! Não pode fazer isso, onde está a fiscalização, onde está a Prefeitura, onde está a gestão pública? Nós estamos aqui para colocar essas questões, por favor, anotem, não tem custo, e perguntar não ofende: quanto tempo vamos ter que esperar? Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente. Eu gostaria de solicitar a ajuda do corpo técnico da Casa para colocar no telão uma imagem do nosso ex-governador e ex-prefeito Tarso Genro, que esteve numa rádio no dia da votação do IPTU dando a sua declaração e a sua opinião sobre o projeto de revisão da planta de valores. Eu, antes de soltar o áudio com a voz do ex-prefeito e ex-governador Tarso, do

PT, vou ler o último trecho do que ele disse, nesses 30 segundos que nós editamos: “Qualquer governo que tem o mínimo de seriedade e que quer investir na cidade tem que fazer essa reestruturação da planta”. Quero pedir que soltem o áudio para nós ouvirmos na voz do próprio ex-prefeito.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Bom, por que eu subo aqui e, no dia da votação, não o fiz dessa forma? Porque todos estávamos cansados, sabíamos que a reunião iria até a madrugada. Eu queria dizer que eu já subi a esta tribuna para fazer alguns esclarecimentos dirigidos principalmente ao Partido dos Trabalhadores, que é o maior partido do bloco de oposição; inclusive, subi aqui para largar o vídeo da ex-presidente Dilma explicando que concessão não é privatização. Quero fazer um questionamento público usando aqui as pessoas que estão acompanhando a TVCâmara: por que sempre nós enfrentamos, no meio político, isso? Quando nós somos governo, aí, nos serve a pauta; quando não somos governo, a pauta é a pior do mundo, ela não serve. Eu vou dizer para vocês: o próprio ex-prefeito disse que o Partido dos Trabalhadores tentou fazer, mas, como vivemos numa cidade com ranço ideológico, um balde de caranguejos, e quero dar um recado para algumas pessoas que usam a forma vil e covarde de fazer ataques em redes sociais – porque isso virou moda – eu quero dizer o seguinte: eu não tenho medo de homem, se eu tivesse medo de homem, eu não me olhava no espelho. Então, a pessoa que ficou mandando WhatsApp, mais de uma, para os vereadores, fazendo ameaças, indo para a rede social, eu quero lembrar: o senhor mandou para mim um WhatsApp, e questões éticas me impedem aqui de dizer, – alguns sabem – que o seu IPTU, daqui a seis anos, vai aumentar para R\$ 17.000,00. E eu me pus à disposição de verificar essa matrícula, desse cidadão, ele mora num dos cem imóveis mais caros de Porto Alegre! A cobertura dele custa R\$ 5 milhões! Sabem quanto ele paga de IPTU? O mesmo que o meu, que está também defasado, R\$ 2 mil e poucos. Então, eu quero que esse projeto é importante para fazer justiça tributária. Quem há 30 anos paga a mais do que devia, vai ter redução e vai pagar a menos. Mas quem tem que pagar a mais e está pagando a menos, há 28 anos, vai pagar sim um pouco mais. Isso eu

chamo de justiça tributária. Se isso não é justiça tributária, eu não sei mais o que é injustiça. E fora populistas! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Moisés Barboza.

VEREADOR ADELI SELL (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito uma renovação de votação do PLCE nº 005/18. Como tivemos 22 votos e o quórum mínimo é 19, há diferença de três votos, pela tese que estou aqui advogando e colocando, eu posso pedir renovação de votação.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Feita a solicitação, peço que encaminhe o requerimento por escrito, Ver. Adeli, e, em seguida, lhe dou a resposta do seu requerimento.

O Ver. Toninho do Táxi está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TONINHO DO TÁXI (SD): Boa tarde, Sr. Presidente, vereadores e vereadoras, demais pessoas na plateia, TVCâmara, quero agradecer a oportunidade de estar mais uma vez nesta Casa, fazer parte deste grupo maravilhoso de vereadores e vereadoras. Cito a presença da nossa Nádia, receba um abraço. Aproveitando a fala do Ver. Adeli Sell a respeito dos transportes, sou um representante do transporte de Porto Alegre, trabalho no táxi, há 40 anos, e continuo trabalhando ainda, saio daqui e trabalho à noite no táxi. Está um grande problema no transportes, como o Adeli Sell falou, em muitos ônibus. Não sei por que a mudança dos ônibus, a fiscalização mudou da EPTC, porque antes os ônibus passavam por uma vistoria rígida e hoje os rapazes chegam no pátio, olham o ônibus e assinam o papel como se estivesse trabalhando. Hoje os ônibus estão todos parados. A respeito da nossa lei geral dos táxis que está parada aí, está sendo feita parcelada, não sei por que, o projeto foi votado aqui na Casa em regime integral, e ela está sendo feita por partes, entrou a cor dos táxis, entrou o toxicológico, entraram coisinhas, e o que está faltando para a minha categoria é a autorização, que seja rápido isso aí. Está na mão do prefeito e da EPTC. Não sei por que está parado esse sistema, a Casa votou, foi unânime por tudo que está acontecendo na legislação do táxi e ficou

pág. 23

parado. Estou com dezenas, centenas de pessoas permissionárias precisando dessa autorização, que está trancada lá na mão do prefeito, eu não sei o que a gente vai fazer, ou, como disse o Adeli, se a gente vai ter que entrar na justiça, ou fazer alguma coisa, hein, Excelência? O que nós vamos resolver? Eu peço aos senhores uma colaboração, a gente está tentando conversar numa boa para que seja resolvida essa situação, pois nós temos centenas de famílias dependendo dessa autorização que a minha categoria está precisando. Agradeço aos senhores, muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. Toninho do Táxi. Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell solicitando renovação de votação do PLCE nº 005/18.

O Ver. Felipe Camozatto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; gostaria de fazer uma fala de repercussão da aprovação do IPTU. Eu vejo muitos vereadores vindo dar explicações sobre seu voto, mas eu gostaria de dar uma explicação para a cidade de Porto Alegre. Todos os anos, nós temos o Dia da Liberdade de Impostos, organizado pelo Instituto Liberdade, que tem o impostômetro como uma de suas principais ferramentas de visibilidade nacional sobre quantos dias por ano nós trabalhamos para pagar impostos. Em 2018, segundo dados do IBPT, Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, são 153 dias trabalhados por ano para pagar impostos. Isso no resto do Brasil, porque, desde o dia 29 de abril, em Porto Alegre, serão 154 dias, um dia a mais, um dia inteiro a mais de trabalho para pagar impostos por conta do aumento do IPTU. Alguns vereadores, na ânsia de justificar seu voto, falam sobre o voto das bancadas do PT e do PSOL, como se eles fossem balizadores daquilo que é o correto, ou o incorreto. Só que, ao mesmo tempo, eles utilizam as versões do Tarso Genro para embasar a sua opinião, ou até a versão do presidente do PT. Eles precisam se decidir: ou eles concordam com o Tarso Genro e a presidência do PT de Porto Alegre, a favor do projeto do IPTU; ou eles concordam com a bancada do PT na Câmara, que votou contrariamente. Criticar a posição daqueles que votaram contra o IPTU por estarem do mesmo lado do PT e do PSOL faz com eles queiram que nós estivéssemos a favor de

pág. 24

Tarso Genro e do presidente municipal do PT. Ou seja, estaríamos do lado do PT de todo jeito. É preciso deixar isso claro.

O Ver. Moisés, que trouxe a fala do Tarso Genro, dizendo que é uma fala contra o aumento de impostos, que Tarso Genro falou que não é aumento de impostos e que deveria ser levado a sério, cabe lembrar que o mesmo Tarso Genro deveria ser levado a sério quando disse que Cesare Battisti não é terrorista? Em quais afirmações de Tarso Genro devemos acreditar? Quando Tarso Genro deve ser levado a sério? O mapa dos efeitos práticos do IPTU apareceu após a votação, mostrando que haverá aumento e reduções em alguns bairros. Cabem alguns destaques sobre isso. Primeiro, o mapa aparecer depois da votação, tal qual o simulador do IPTU, que não apareceu antes da votação – salvo no ano anterior –, mas que agora foi prometido para aparecer depois da votação. Por que não deram a informação antes? O mapa esconde uma meia verdade, porque a maior parte, as áreas em verde, para onde foi prometida a redução de valor, não paga IPTU, paga ITR – Imposto sobre Território Rural. E a meia verdade está presente em quase todas as falas e defesas do projeto do IPTU, que não tem nada de justiça tributária. O dossiê do IPTU, publicado por mim e pelo Ver. Ricardo Gomes, foi muito claro em defender isso e não conseguiu ser desmentido pela prefeitura – é preciso que se deixe isso também muito claro. Os R\$ 2,00 de IPTU que paga um imóvel no bairro Azenha, só tem esse valor porque a Fazenda sequer está colocando em prática a atual planta de valores. Imóvel nenhum teria R\$ 2,00 de IPTU, porque pela atual planta de valores – não esta que aprovamos agora –, esse imóvel teria que pagar R\$ 250,00 na média de valor, mas isso não existe, nem sobre a atual planta. Então, a Fazenda, que não estava cobrando de acordo com a atual planta, serviu de argumento para se mudar a planta de valores? Isso não faz o menor sentido. E para o cidadão que está me assistindo e que está indignado, assim como eu e muitos outros, que serão atingidos pelo aumento, e que será a grande parte, vale lembrar: os adimplentes do IPTU – aqueles que pagam o IPTU na cidade – terão mais de 70% de aumento. No verão, quando virão os boletos do IPTU, os porto-alegrenses sentirão a verdade dos números, quanto será o aumento nos números, e vão lembrar do dia 29 de abril e dos efeitos gerados por conta dessa votação aqui na Câmara Municipal. Então, não adianta virem, aos gritos, rebater os que votaram contra, porque os avisos foram muitos, o debate técnico foi tentado por diversas vezes, seja na prefeitura, seja na Secretaria da Fazenda, seja aqui nesta tribuna apresentando

os dados. O que pouco se viu foram dados concretos, verdadeiros sendo expostos do outro lado, mas, sim, uma série de meias verdades, como é essa que está sendo apresentada na justificativa de voto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Felipe Camozzato. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro, que preside esta sessão; demais vereadores, vereadoras; público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias; eu não venho aqui, Ver. Felipe, para justificar, porque eu acho que não tenho que me justificar, votei e estava consciente do meu voto sobre o IPTU, penso diferente de V. Exa., mas venho aqui, em primeiro lugar, para parabenizar todos os vereadores que participaram da sessão na segunda-feira, tanto da oposição, situação, dependentes, independentemente do seu voto a favor ou contra, eu acho que todos estão de parabéns, por ficarem até mais de 3h da manhã, quase 4h da manhã, numa sessão que começou às 14h15min, fazendo o debate, cada um defendendo as suas posições. Eu acho que isso é importante, a gente demonstra para a cidade o comprometimento de todos, independentemente das suas posições políticas. Quero também agradecer a todos os servidores da Casa que ficaram até aquele horário para nos dar condições de exercer a nossa função de vereador. Parabenizo o Ver. Reginaldo Pujol, que presidiu a maior parte da sessão, o Ver. Mendes, que também presidiu parte da sessão, pela forma como muito bem conduziram a sessão para que conseguíssemos exercer o direito do voto. Feito isso, quero aproveitar este momento para pedir, por minha parte, desculpas a alguns vereadores que, em certos momentos da sessão, momentos quentes da sessão, momentos mais acalorados na disputa pelo voto, quando todos nós queremos vencer e achamos que temos a razão – cada um dentro do seu pensamento tem a sua razão –, acabamos agredindo de forma verbal algum vereador. Então, se eu fiz isso, se em algum momento da votação falei alguma coisa mais forte para algum vereador, aproveito este momento para me desculpar e dizer que eu acho que todos nós fizemos um excelente debate. Eu acho que quando se faz um bom debate, todos nós acabamos ganhando, e a cidade também.

Na minha opinião, eu acho que a cidade ganhou, Ver. Felipe; na sua opinião, o senhor acha que a cidade perdeu, mas faz parte da democracia a disputa pelos ideais, a luta de cada um de nós.

Eu acredito que o projeto da revisão da planta genérica do IPTU era um projeto necessário. Eu concordo com o ex-prefeito, ex-governador, ex-ministro Tarso Genro, quando ele diz que é um projeto importante para a cidade, assim como, infelizmente, os vereadores do PT acharam que não era o momento por algum motivo. Não cabe a mim decidir o voto deles, que pensaram diferente do presidente do seu partido, do Tarso Genro, que é uma liderança nacional do Partido dos Trabalhadores, e exerceram aqui o seu voto dentro da democracia, e respeito cada um dos vereadores que assim decidiu.

Na minha opinião, acho que vai ser importante para a cidade de Porto Alegre essa revisão, vai fazer justiça social. Quase 50% da cidade vai diminuir ou ficar isenta do IPTU, a outra parcela de 50% vai ter o seu IPTU reajustado. Para alguns, já deveria ter sido feito esse reajuste há mais tempo; para alguns, vai ser um pouco mais salgado, para outros não; mas tenho certeza de que, no final de tudo, não será nada exorbitante, porque, no primeiro momento, o máximo de reajuste será de 30%, e, para quem paga R\$ 1 mil, R\$ 2 mil, R\$ 3 mil ou R\$ 4 mil, reclama um pouco, mas não fará falta no seu orçamento. E a cidade de Porto Alegre vai ganhar, porque teremos um pouco mais de orçamento, e assim como os cortes que já foram feitos, os gastos feitos nas gestões de R\$ 500 milhões nos dois primeiros anos, a redução dos avanços dos servidores públicos, que deram sua parcela, agora o restante da população vai dar sua parcela. Vamos sair do vermelho, Porto Alegre vai voltar, no próximo ano, a ficar no azul, e esses investimentos serão retribuídos para a cidade de Porto Alegre com serviços, com melhor atendimento na educação, na saúde e na segurança. É isso o que este governo vai fazer e teremos uma cidade melhor, que Porto Alegre seja mais alegre para todos os cidadãos. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro.

Vereador Mauro Pinheiro (REDE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
036ª Sessão Ordinária 02MAIO2019

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Visivelmente não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h57min.)